



2º Simulado Especial

INSS

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado INSS

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do INSS;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-INSS-12-11>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que reduzia a importância do subsídio.

Respeito as cãs do distinto mineiro, mas permita-me que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.^a não só uma, como duas censuras. A primeira emenda é descabida. S. Ex.^a naturalmente ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu S. Ex.^a, que esse desconto é lógico e possível num país onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas magnificências, é um país frugal. A economia ali é mais do que sentimento ou um costume, mais que um vício, é uma espécie de pé torto, que as crianças trazem do útero de suas mães.

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais processos, que estariam em desacordo com um certo sentimento estético e político. (...)

Demais, subsídio não é vencimento no sentido ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios públicos; em casa pode fazer longos trabalhos e investigações. Será por andar algumas vezes na Rua do Ouvidor, ou algures? Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do homem? A mais bela freguesa dos nossos armazéns não pode impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no banho.

Machado de Assis. Balas de estalo. In: Obra completa, volume 3, Aguilar, 1973, p. 416 (com adaptações).

01. Infere-se do texto que o autor usa da ironia para justificar o declínio da Câmara frente às emendas do deputado.

02. De acordo com o texto, um deputado trata de assuntos públicos na Rua do Ouvidor e em armazéns.

03. Conforme o texto, as emendas propostas pelo deputado dispunham de descontos e redução dos subsídios para aqueles que não comparecessem à sessão.

04. No segundo parágrafo, o termo “cãs” está sendo usado com o sentido de “cabelos brancos”.

05. Segundo as informações do texto, é possível concluir que o narrador é um dos deputados que faz parte da Câmara, inclusive com poderes de censurar as emendas sugeridas.

06. O uso da crase no primeiro parágrafo se deve pela presença do artigo que antecede o substantivo “sessões” e da preposição exigida pelo verbo “comparecer”.

07. No trecho “Não advertiu S. Ex.^a, que esse desconto é lógico e possível num país onde os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco figos e cinco fatias de queijo.” o termo destacado – onde – poderia ser substituído por “que” sem prejuízo para o aspecto gramatical, embora altere o sentido original do texto.

08. O conectivo “Demais”, presente no início do quarto parágrafo, poderia ser substituído por “Ademais”, mantendo o sentido e a correção gramatical do texto.

09. O uso do sinal de interrogação, em suas duas ocorrências, marca as perguntas que o narrador faz ao Deputado Penido.

10. Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, o trecho “A mais bela freguesa dos nossos armazéns não pode impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de matemáticas” pode ser rescrito da seguinte maneira: A freguesa mais bela dos nossos armazéns não impedirá que eu, enquanto olhe para ela, solucione um problema matemático.

11. No trecho “Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do homem?” o sujeito do verbo “ignora” é indeterminado, pois não se sabe ao certo quem ignora o pensamento.

12. Os verbos “olhando” e “estando”, nos dois últimos períodos do texto, apresentam a mesma natureza adverbial.

13. O narrador do texto usa a expressão “S. Ex.^a” por falar diretamente com o Deputado Penedo ao longo do texto.

14. O uso do pronome de tratamento “S. Ex.^a” é adequado para as autoridades, como deputados, prefeitos e vereadores.

15. O pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas ao Deputado Penedo seria: “A Sua Excelência o Senhor”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

16. A sentença “O estudo da lógica proposicional é necessário para o concurseiro ser aprovado tanto no concurso do INSS quanto em outros concursos de grande concorrência” pode ser representada simbolicamente por $P \wedge Q$.

17. Considerando que a proposição composta “Joaquim é feliz, pois comprou uma moto.” é falsa, é correto afirmar que Joaquim é feliz.

18. Julgue o seguinte item, considerando a proposição P : “Se o dólar for barato e o salário médio for alto, a população será feliz.”.

A tabela-verdade associada à proposição P possui menos de 10 linhas.

19. A proposição composta $(P \wedge Q) \rightarrow (P \leftrightarrow Q)$ é sempre verdadeira, quaisquer que sejam os valores lógicos das proposições simples P e Q .

20. Considere o universo de discurso $U = \{-2; -\frac{1}{2}; 1; \frac{1}{2}; 2\}$ e que $P(x)$ seja uma propriedade a respeito dos elementos de U dada por $x^2 > -x$. Nesse caso, a proposição $\forall x P(x)$ é falsa.

21. Um vendedor de pipocas aumenta o preço original do seu produto para, em seguida, anunciar com um desconto de 60% de modo a obter com a venda o mesmo valor original. Para que isso aconteça, o aumento percentual deverá ser superior a 100%.

22. Foi estabelecido que um determinado grupo de servidores do INSS não pode utilizar ou só chapéu ou só relógio. Tampouco os servidores desse grupo podem usar óculos, chapéu e relógio ao mesmo tempo. Quinze servidores do grupo usam óculos e chapéu ao mesmo tempo. Usam chapéu e relógio, simultaneamente, o mesmo número de pessoas que usam apenas os óculos. Uma pessoa do grupo usa óculos e relógio ao mesmo tempo. Esse grupo de servidores do INSS é formado por 50 pessoas. Sabendo-se que nesse grupo todos utilizam ao menos um acessório dentre chapéu, relógio e óculos, essas informações são suficientes para afirmar que nesse grupo o número de pessoas que usam óculos é maior do que 30.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

23. O Decreto n. 1.171/1994, em razão de sua forma normativa sobre a ética no serviço público, é aplicável também aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, por força de lei.

24. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto n.º 1.171/1994 não inclui os colaboradores terceirizados e estagiários entre os servidores sujeitos à apuração de desvio ético.

25. Servidor público que, no exercício do cargo, tratar mal um contribuinte, sob o ponto de vista das regras do Decreto n. 1.171/1994, praticará ato ilegal.

26. De acordo com o Decreto n. 1.171/1994, o servidor público deve se apresentar ao trabalho com vestimentas adequadas e deve atuar sem qualquer espécie de preconceito de cunho político e posição social.

27. Segundo o Decreto n.º 6.029/2007, a Comissão de Ética Pública, instância deliberativa do Presidente da República, contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca da organização da Administração Pública, dos poderes da administração, dos atos administrativos e da responsabilização estatal, considere os próximos itens.

28. A aquisição da personalidade jurídica das empresas públicas obrigatoriamente ocorre com o registro dos seus atos constitutivos na serventia registral pertinente, desde que exista lei autorizando a sua criação.

29. Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do seu poder de polícia.

30. A administração pública poderá, de ofício ou mediante requerimento, revogar atos administrativos que estejam eivados de vício que os torne ilegais.

31. Em caso de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a fazenda pública, em ação regressiva, independentemente de a conduta ter sido dolosa ou culposa, em razão de a responsabilidade civil estatal ser objetiva.

Levando em consideração as disposições da Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais, julgue os próximos itens.

32. A posse do servidor público ocorre com a assinatura do respectivo termo, no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.

33. Embora as sanções civis, penais e administrativas sejam independentes entre si, a absolvição criminal repercuta na esfera administrativa.

A Lei 9.784/99 estabelece as regras aplicáveis aos processos administrativos em âmbito federal. Considerando essas disposições, analise o próximo item.

34. Os atos do processo administrativo são praticados mediante forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.

Levando em consideração as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o próximo item.

35. O servidor que, de forma dolosa, deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, pratica ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

- 36.** São titulares e destinatários dos direitos fundamentais, os brasileiros e estrangeiros sejam eles residentes ou não no Brasil, motivo pelo qual qualquer estrangeiro terá acesso a benefícios assistenciais e previdenciários.
- 37.** A Constituição garante a liberdade de expressão, com responsabilidade. A liberdade de expressão não pode ser usada para a prática de atividades ilícitas ou para a prática de discursos de ódio, contra a democracia ou contra as instituições.
- 38.** Não é cabível Habeas data para assegurar o conhecimento de dados pessoais do impetrante, nos meios digitais.

“O governo italiano pediu a extradição do ex-jogador Robinho. Ele foi condenado na Itália em todas as instâncias a nove anos de prisão por violência sexual em grupo. O crime foi em 2013, quando Robinho era um dos principais astros do Milan. O Brasil não extradita cidadãos brasileiros, mas Robinho pode ser preso se viajar para o exterior.”

Fonte: G1 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/04/governo-da-italia-pede-extradicao-do-ex-jogador-robinho.ghtml>

- 39.** A afirmativa acima proferida pelo noticiário está correta, uma vez que o Brasil não extradita cidadãos brasileiros.
- 40.** Todo brasileiro terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária

Emily, cidadã francesa, empregada de uma empresa de cosméticos, estava trabalhando no território brasileiro quando conheceu John, cidadão inglês, que trabalhava na mesma empresa. Os dois se casaram e, desse relacionamento, nasceu Brian, tendo a família deixado o território nacional logo após o nascimento, fixando residência na Alemanha.

Sentindo uma imensa vontade de conhecer melhor o Brasil, Brian, atualmente com 21 anos, estabeleceu residência em território brasileiro.

Considerando as informações fornecidas no enunciado, julgue os itens abaixo:

- 41.** Brian é brasileiro nato pelo critério do jus solis.
- 42.** Brian só será considerado como brasileiro nato se optar pela nacionalidade brasileira.
- 43.** Brian é brasileiro nato e poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República.

INFORMÁTICA

Emmanuelle Gouveia

- 44.** O serviço de FTP, amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos, só pode ser utilizado mediante o uso de senha.
- 45.** No Windows a forma correta para apagar programas é através da opção “Aplicativos e Recursos” existente no menu Configurações, pois além de apagar apenas o que pode ser apagado também atualiza o Registro do Windows desistalando o programa.
- 46.** No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.

47. Na planilha eletrônica Excel, podemos utilizar a Referência Absoluta que consiste em colocar o \$ (cifrão) antes de cada elemento do endereço da célula (coluna e linha) para fixar os mesmos e evitar que sejam alterados quando arrastados

48. No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.

49. O serviço de Web utiliza na maioria dos casos o protocolo HTTPS que garante a privacidade das páginas e que as mesmas só poderão ser acessadas pelos usuários cadastrados na Intranet das empresas vinculadas à grande rede..

50. O worm é um tipo de ataque que apresenta alto poder de multiplicação e se propaga de maneira autônoma nas redes e ambientes computacionais.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Considerando o que dispõe a CF/88 e a legislação acerca da Assistência Social, julgue os itens seguintes.

51. Aquiles foi segurado do RGPS, mas não mais contribui para a previdência social.

No entanto, é beneficiário do auxílio-acidente no valor de R\$800,00.

No próximo mês, irá completar 65 anos de idade e está pensando em requerer o BPC-LOAS, na condição de pessoa idosa.

Caso o benefício assistencial seja-lhe deferido, Aquiles poderá acumulá-lo com auxílio-acidente, vez que este benefício previdenciário tem caráter indenizatório.

52. O Executivo Federal pretende enviar proposta de lei para o Congresso Nacional no sentido de vincular 0,2% da sua receita líquida do imposto de renda a programas de apoio à inclusão social e promoção social.

Pode-se afirmar que a medida, se aprovada, obedece aos comandos constitucionais.

53. A renda mensal do auxílio por incapacidade temporária no valor de até 01 salário mínimo percebida por idoso maior de 60 anos de idade, integrante do grupo familiar do requerente do BPC-LOAS, deve ser incluída no cálculo da renda familiar per capita mensal, para fins de apuração da condição de miserabilidade, a qual constitui requisito para a concessão do benefício assistencial previsto na LOAS.

54. Os membros do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, são nomeados pelo Presidente da República e terão mandado de 02 anos, permitida uma única recondução por igual período.

55. Josefina tem 75 anos de idade e recebe o benefício assistencial de prestação continuada – BPC-LOAS.

Josefina acaba de perder a única irmã com quem morava e, como não tem condições de morar sozinha vai ser mudar para um abrigo de idosos.

Nesse caso, Josefina terá o BPC-LOAS cessado por passar a ter assistência de um estabelecimento de longa permanência.

56. Marcelo foi vítima da Síndrome da Talidomida e, em razão da deformidade física, recebe pensão especial e vitalícia. Trabalha em uma empresa há 05 meses e, em razão de um grave acidente, ficou incapacitado para o trabalho e foi considerado insuscetível de recuperação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que Marcelo terá direito de se aposentar por incapacidade permanente, podendo acumular o benefício por incapacidade com a pensão especial da Talidomida.

57. A pessoa que já recebe a pensão especial à vítima da Síndrome da Talidomida não terá direito de receber o benefício assistencial de prestação continuada na condição de pessoa com deficiência – BPC-LOAS, ainda que preencha os requisitos exigidos pela LOAS.

58. Às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas, compulsoriamente, a isolamento ou internação em hospitais-colônia até 31/12/2006, é devida pensão especial, mensal, vitalícia e transferível aos dependentes ou sucessores.

59. Maria Louca é beneficiária da pensão especial das vítimas da hemodiálise de Caruaru/PE.

Empregada doméstica há mais de 10 anos na casa de D. Mariana, Maria Louca está com dificuldade de locomoção causada por uma fratura na perna e terá que se afastar do trabalho por 3 meses até se recuperar totalmente.

Considerando a situação, pode-se afirmar que Maria Louca terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária e poderá acumular a pensão especial que recebe mensalmente (vítimas da hemodiálise de Caruaru) com o benefício por incapacidade.

60. Juvenal possui um sítio de, aproximadamente, 03 módulos fiscais na região metropolitana de Porto Alegre, onde planta verduras e legumes e vende.

Juvenal não conta com a ajuda de empregados, nem dos filhos e vende toda a sua produção de porta em porta na cidade onde mora.

Mesmo trabalhando de sol a sol na lavoura, resolveu se candidatar a vereador do município onde reside e desenvolve suas atividades de agricultor.

Juvenal foi eleito e vem exercendo o mandato de vereador há quase 02 anos.

Nesse caso, pode-se afirmar que Juvenal é segurado especial relativamente à atividade de produtor rural.

61. Considerando a situação hipotética apresentada no item anterior, no período do exercício do mandato de vereador, Juvenal será excluído da condição de segurado especial.

62. O Supremo Tribunal Federal adotou o entendimento de que a preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes não impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da proteção à família.

63. O método de interpretação gramatical da legislação previdenciária busca o sentido da norma mediante a análise do significado das palavras utilizadas pelo legislador.

Augusto estava almoçando no refeitório da empresa. Ao levantar e se dirigir ao balcão para deixar sua bandeja, Augusto sofreu uma violenta queda, machucando-se e fraturando a perna esquerda.

Augusto não vai poder voltar ao trabalho por 60 dias porque vai precisar fazer uma cirurgia na perna e recuperar os movimentos.

Diante da situação hipotética apresentada e da legislação previdenciária, julgue os itens a seguir.

64. O acidente sofrido por Augusto será enquadrado como acidente do trabalho e a empresa deverá emitir CAT até o 1º dia útil seguinte ao evento, sob pena de multa.

65. Augusto terá direito de receber o benefício assistencial de auxílio por incapacidade temporária até a sua completa recuperação.

66. As cotas de pensão por morte do segurado do RGPS cessarão com a perda da condição de dependente e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a cinco.

67. Na hipótese de haver fundados indícios de autoria, coautoria ou participação de dependente, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis, em homicídio, ou em tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, será possível a suspensão provisória de sua parte no benefício de pensão por morte, por meio de processo judicial próprio, respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório, e, na hipótese de absolvição, serão devidas as parcelas corrigidas desde a data da suspensão e a reativação imediata do benefício.

68. Considerando a legislação previdenciária e a jurisprudência dominante, o fato de o filho estar cursando ensino superior não mantém sua condição de dependente do RGPS, quando maior de 21 anos.

69. Considerando o que dispõe a legislação previdenciária, o auxílio-reclusão exige o cumprimento da carência mínima de 24 contribuições pelo segurado do RGPS.

70. A concessão do benefício de auxílio por incapacidade temporária, em regra, exige período de carência de 12 (doze) contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se inclui a situação na qual o segurado venha a ficar incapacitado para o trabalho habitual por mais de 15 dias consecutivos decorrente de esclerose múltipla.

71. Poderá a segurada adotante de criança ter direito de receber salário-maternidade, cumprida a carência exigida, quando for o caso, ainda que a biológica já tenha recebido o mesmo benefício.

72. A renda mensal inicial da aposentadoria por incapacidade permanente correspondente a 100% do salário de benefício, independentemente do motivo da incapacidade do segurado e do seu tempo de contribuição.

73. João precisou se valer da justificação administrativa para corroborar a união estável com Rafael e, assim, conseguir receber pensão por morte de seu companheiro que havia falecido durante o trabalho na empresa.

Após, o processamento da justificação, com o depoimento de 03 testemunhas, o INSS julgou ineficaz a justificação administrativa.

Considerando a situação hipotética acima descrita e a legislação acerca do tema, João poderá interpor recurso contra a decisão do INSS junto ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS

74. Maria era casada com João há 05 anos quando ele sofreu um grave acidente e faleceu.

Dez dias após o óbito de João, Maria deu entrada no pedido de pensão por morte de João, já que ele era segurado do RGPS.

Como Maria não tinha a cópia da certidão de casamento, requereu que fosse realizada justificação administrativa para comprovar sua condição de cônjuge.

O Servidor do INSS indeferiu o pleito de Maria, sob a alegação de que não cabia justificação administrativa para comprovação de casamento. A lei exige, no caso, forma especial.

75. A pensão especial dos seringueiros, prevista na Lei n. 7.986/89, não poderá ser concedida ao requerente que esteja recebendo pensão por morte do RGPS ou de RPPS.

76. À segurada da Previdência social que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança, que tiver de 4 a 8 anos de idade, é devido salário-maternidade pelo período de 60 dias.

77. O recebimento de auxílio-acidente depende de contribuição, para a previdência social por, no mínimo, 12 meses.

78. É constitucional a instituição de alíquotas diferenciadas a título de contribuição social dos empregadores, quando a diferenciação provier da atividade econômica, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

79. O garimpeiro que trabalhe, comprovadamente, em regime de economia familiar, poderá se aposentar por idade, aos 60 anos, se homem, e aos 55 anos, se mulher, cumprida a carência mínima de 180 contribuições mensais.

80. No caso da aposentadoria especial, a comprovação da efetiva exposição do segurado do RGPS a agentes prejudiciais à saúde será feita por meio de documento, em meio físico ou eletrônico, emitido pela empresa ou por seu preposto com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

81. A Constituição Federal de 1988 fixou em 70 (setenta) anos a idade para a aposentadoria compulsória do servidor público que ocupa cargo efetivo, podendo ser estendida a 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma complementar.

82. O servidor público federal que ocupa cargo efetivo poderá se aposentar voluntariamente aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher, após completar 35 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo em que for concedida a aposentadoria.

Aline é servidora pública, Técnica do Seguro Social, e mantém união estável com casada com Claudionor há 05 anos.

O casal tem 02 filhos menores de 14 anos. Sandra possui deficiência de grau moderado desde a infância. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, referentes ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais.

83. Aline poderá se aposentar por tempo de contribuição, cumpridos, cumulativamente, 24 anos de contribuição, 10 anos de exercício efetivo no serviço público e 05 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

84. Caso Aline resolva se aposentar por idade, ele terá que comprovar 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo em que se der a aposentadoria e 55 anos de idade. Terá que ter 15 anos de contribuição na condição de pessoa com deficiência.

85. Em caso de desrespeito ao período de defeso, o beneficiário terá o seguro-defeso cessado.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

86. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, podemos afirmar que a assistência social, direito de todos e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

87. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social tem por objetivos, dentre outros, descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

88. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

89. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas com ou sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela lei 8.742/93, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

90. São princípios, diretrizes e objetivos aplicáveis à assistência social, nos termos da lei 8.742/93, respectivamente: I. a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II. a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; III. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

91. A assistência social organiza-se em proteção social básica, tendo por objetivo, dentre outros, a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos, e em proteção social especial, que tem por objetivo, dentre outros, a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

92. Nos termos da Lei 8.742/93, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas é a unidade pública destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

93. O benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS, concedido a idoso acima de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência, não será computado para fins de concessão do mesmo benefício a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda familiar mensal per capita, cujo valor deverá ser igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.

94. O pagamento do auxílio-inclusão a pessoa com deficiência moderada ou grave não poderá ser acumulado com o pagamento de benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social e com o seguro-desemprego, podendo ser acumulado com pensão por morte pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social.

95. Nos termos da CF/88, as contribuições sociais de Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, sendo vedado cobrar tais contribuições no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

96. Roserval, pescador artesanal, sem empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da sua produção e fará jus aos benefícios previstos em lei.

97. Nos termos da CF/88, fica autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas para cálculo das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou faturamento e o lucro.

98. Marta, brasileira, 60 anos de idade, casada com Messi, mãe de 16 filhos, moradora do município de Nenelância/CE, segurada empregada do RGPS, após contribuir para a previdência social de forma ininterrupta por 15 anos pretende dar entrada em sua aposentadoria programada. Nesse caso, o pedido de Marta deverá ser indeferido, uma vez que não cumpriu a carência exigida pela legislação previdenciária.

99. Cristiano Ronaldo, contribuinte individual, após cumprir todos os requisitos para o recebimento de sua aposentadoria programada, terá seu benefício devido a partir da data do desligamento de sua atividade, quando requerida até noventa dias depois o desligamento.

100. Neymar, 60 anos de idade, morador de Paudalho/PE, professor da educação básica, casado com Damares, pai de 22 filhos, é segurado empregado do RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica. Diante do exposto, podemos afirmar que, uma vez cumprida a carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Neymar.

101. Simone Estepe, 56 anos, garimpeira que trabalha em regime de economia familiar, uma vez cumprido o período de carência exigido, terá direito à aposentadoria por idade do trabalhador rural, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, cujo valor da renda mensal corresponderá a 70% do salário de benefício, com acréscimo de 1% para cada ano de contribuição.

102. Kelmon, 60 anos de idade, trabalha por conta própria como animador de festa junina na qualidade de contribuinte individual. Caso Kelmon comprove o exercício de suas atividades durante 25 anos, com efetiva exposição a agentes físicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, cuja nocividade não seja eliminada ou neutralizada mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, terá direito a aposentadoria especial.

103. Após ter sido submetido a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, ficou constatado que Alexandre Inácio da Silva, segurado empregado do RGPS, possui grau de deficiência leve. Diante dessa constatação, Alexandre foi orientado por sua concubina a entrar com requerimento junto ao INSS, solicitando aposentadoria por tempo de contribuição, uma vez que já possui 30 anos de contribuição na condição de pessoa com deficiência. Tendo em vista os fatos apresentados, o INSS deverá deferir o pedido de Alexandre, uma vez que os requisitos para a obtenção de sua aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência foram preenchidos.

104. Francisco Anysio, nascido na metrópole de Maranguape, é segurado obrigatório do RGPS e ficou incapacitado para o seu trabalho por quinze dias consecutivos, conforme definido em avaliação médica-pericial, em razão de um acidente de automóvel ocorrido enquanto dirigia em férias para o litoral. Assim sendo, independentemente do cumprimento de período de carência, Francisco Anysio terá direito ao auxílio por incapacidade temporária pelo período em que esteve afastado das atividades.

105. Suzane, segurada facultativa do RGPS, após cometer parricídio, foi condenada por crime doloso e encontra-se reclusa em regime fechado. Suzane encontrava-se em gozo de auxílio por incapacidade temporária na data do recolhimento à prisão e deverá ter o seu benefício cessado a contar da data de recolhimento à prisão.

106. Julius é segurado obrigatório de baixa renda filiado ao RGPS, na qualidade de contribuinte individual, e terá direito ao recebimento do salário-família, que será lhe será pago, mensalmente, na proporção do respectivo número de filhos, enteados e menores tutelados, até quatorze anos de idade ou inválido, desde que comprovada a dependência econômica dos enteados e dos menores tutelados, não sendo necessária a comprovação da dependência econômica dos filhos.

107. Fátima, ex-cônjuge de William, é segurada intermitente filiada ao RGPS na qualidade de empregada e está grávida de trigêmeos. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que o salário-maternidade devido à Fátima será pago diretamente pela previdência social e o valor da contribuição previdenciária será deduzido da renda mensal do benefício.

108. Daniel Alves, segurado especial vinculado ao RGPS, possui outra fonte de rendimento decorrente de atividade artística, proporcionando-lhe ganho adicional aproximado de R\$ 2.000,00 por mês. Nessa situação, Daniel Alves manterá a qualidade de segurado especial, mesmo sendo membro de grupo familiar que possui outra fonte de rendimento.

109. Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto, dentre outras hipóteses previstas na legislação, se decorrente de benefício concedido ao segurado qualificado como segurado especial, desde que o valor não supere o do menor benefício da previdência social.

110. Roberto Granada, segurado filiado ao RGPS, foi recolhido à prisão sob regime semi-aberto, passando a prestar, nesta condição, serviço fora da unidade penal a duas empresas, sem a intermediação da organização carcerária. Diante da situação apresentada, Roberto Granada poderá filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo.

111. Renan Malheiros, segurado obrigatório do RGPS, foi recolhido à prisão em regime fechado pela prática de diversos crimes. Nessa situação, Renan manterá a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até três meses após o livramento.

112. Nos termos do Decreto 3.048/99, para fins de concessão da pensão por morte, as provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período igual ou inferior aos 24 meses anteriores à data do óbito do segurado, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

113. Nos termos do Decreto 3.048/99, o filho, o irmão, o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica dos três últimos, se inválidos ou se tiverem deficiência intelectual, mental ou grave, não perderão a qualidade de dependentes desde que a invalidez ou a deficiência intelectual, mental ou grave tenha ocorrido antes da morte do segurado.

114. As Juntas de Recursos e as Câmaras de Julgamento, presididas por representante do Governo federal, são integradas por quatro conselheiros em cada turma, nomeados por Ministro de Estado, e serão compostos por dois representantes do Governo federal, um representante das empresas e um representante dos trabalhadores, para os órgãos com competência para processar e julgar as contestações ou os recursos os recursos das decisões proferidas pelo INSS nos processos de interesse de seus beneficiários.

115. Para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social ou proteção social se compensarão financeiramente, é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes, não sendo admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.

116. É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, nos termos de lei complementar, a servidores com deficiência, ocupantes de cargo de agente penitenciário, servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, bem como professores que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, dentre outros, nos termos da legislação.

117. Conforme previsão constitucional, compete privativamente à União legislar sobre questões relacionadas a previdência social. Ademais, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre seguridade social.

118. Em relação à Origem e evolução da Seguridade Social no Brasil, podemos afirmar que a Constituição Federal de 1967 acrescentou a doença e o desemprego como riscos sociais a se proteger pela Previdência Social, sendo a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego e a utilizar a expressão "Seguridade Social", englobando saúde, assistência social e previdência social.

119. Jair Inácio Messias da Silva, pessoa com deficiência física conhecida como "Síndrome de Talidomida", possui incapacidade total para o trabalho e dependência parcial para a deambulação, higiene pessoal e alimentação. Diante da situação apresentada, Jair Inácio não poderá acumular a pensão especial da talidomida com aposentadoria por incapacidade permanente, ressalvado o direito de opção.

120. Alan Brado foi vítima fatal de hepatite tóxica por contaminação em processo de hemodiálise realizada no Instituto de Doenças Renais, com sede na cidade de Caruaru/PE, em 15/02/1996. Assim sendo, é garantido o direito à pensão especial mensal das vítimas de hemodiálise de Caruaru a sua cônjuge Ana Konda, única dependente, permitida a acumulação com qualquer outro benefício do RGPS ou de RPPS, inclusive o Benefício de Prestação Continuada da LOAS, não se transmitindo aos sucessores e extinguindo-se com a morte da beneficiária.

Preencha o gabarito

[**https://bit.ly/Simulado-INSS-12-11**](https://bit.ly/Simulado-INSS-12-11)

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>